

REVISTA BATISTA PIONEIRA

BÍBLIA ▪ TEOLOGIA ▪ PRÁTICA

ONLINE ISSN 2316-686X - IMPRESSO ISSN 2316-462X

Vol. 9 ▪ n. 1 ▪ Junho | 2020

A PERSPECTIVA CRISTÃ DE ESTADO E A NECESSIDADE DE INFLUÊNCIA EXPRESSIVA DA IGREJA: UMA ANÁLISE DE ROMANOS 13.1-7

THE CHRISTIAN PERSPECTIVE OF THE STATE AND THE NEED FOR EXPRESSIVE INFLUENCE OF THE CHURCH: AN ANALYSIS OF ROMANS 13.1-7

Me. Jaison Francisco da Silva Oliveira¹

RESUMO

A cosmovisão cristã expressa a soberania de Cristo sobre todas as esferas da existência humana, demonstrando o domínio Divino acerca da vida privada e pública. Em Romanos 13.1-7, Paulo expõe a perspectiva cristã acerca do governo civil, proporcionando uma abordagem que reconhece a dimensão do evangelho redimindo inclusive a relação cidadão/estado. Deste modo, o intuito deste trabalho é refletir sobre a mensagem em Romanos 13.1-7, considerando qual a perspectiva cristã a cerca das autoridades civis, relacionando o povo de Deus diante dos desafios públicos de natureza política. Mediante pesquisa

¹Pastor Batista da Convenção Batista Brasileira, pós-graduado em teologia do Novo Testamento aplicada (FABAPAR), Mestre em Teologia pela Faculdade Batista do Paraná (FABAPAR) e Licenciando em história (UNINTER). E-mail: prjaisonlineira@gmail.com

bibliográfica foram abordados os principais temas teológicos da passagem analisada, apresentando o seu contexto histórico, a relação deste com a mensagem do Senhor e sua atualidade. Nesse estudo, foram considerados os pensamentos de célebres estudiosos do Novo Testamento, como N. T. Wright, Willian Hendriksen, Adolf Pohl, entre outros, que auxiliaram na interpretação do texto, fornecendo subsídios para compreender a soberania de Cristo sobre os governantes civis e a necessidade da igreja de influenciar o Estado com os princípios da Palavra de Deus.

Palavras-chave: Cosmvisão crista. Governo civil. Política.

ABSTRACT

The Christian worldview expresses Christ's Sovereignty over all spheres of human existence, demonstrating Divine dominion over private and public life. In Romans 13: 1-7, Paul expounds the Christian perspective on civil government, providing an approach that recognizes the gospel dimension by redeeming even the citizen/state. Thus, the purpose of this work is to reflect on the message in Romans 13: 1-7, considering the Christian perspective on civil authorities, relating the people of God to the public challenges of a political nature. Through bibliographical research the main theological themes of the analyzed passage were presented, presenting its historical context, its relation with the message of the Lord and its actuality. In this study, the thoughts of celebrated New Testament scholars such as NT Wright, Willian Hendriksen, Adolf Pohl, among others, were considered to provide insights into Christ's Sovereignty over civil rulers and the need for church to influence the state with the principles of the Word of God.

Keywords: Christian worldview. Civil government. Politics.

INTRODUÇÃO

Nas Escrituras e na história do cristianismo, sempre foi possível perceber a disposição do povo de Deus em envolver-se nos problemas e desafios que circundavam a vida e o contexto da igreja local. A reflexão e aplicação da Palavra divina não estavam circunscritas à esfera de foro privado, mas abrangia todas as áreas da vida, preocupando-se desde a forma correta sobre a adoração dirigida ao Senhor, como a relação com os problemas público-sociais.

A cosmovisão cristã demonstrou constantemente a sua relevância ao fornecer uma perspectiva abrangente da vida, na qual pela Palavra de Deus, os homens são desafiados a dedicarem-se totalmente a Cristo, abandonando o pecado e voltando-se para Deus na responsabilidade de glorificar ao Criador em todas as esferas da existência, seja na vida privada ou pública.

Em especial, o texto de Romanos 13.1-7 compõe uma declaração sobre como a igreja de Cristo deve agir diante das autoridades seculares. O apóstolo Paulo expõe aspectos da cosmovisão cristã acerca do Estado, proporcionando uma abordagem que reconhece a dimensão da mensagem do evangelho se interpondo e redimindo todas as esferas e áreas da vida humana, inclusive a relação cidadão/estado.

Deste modo, o intuito deste trabalho é refletir sobre a mensagem apresentada por Paulo em Romanos 13.1-7, considerando qual a perspectiva cristã acerca do Estado e as autoridades civis, relacionando o povo de Deus diante dos desafios públicos de natureza política. Abordar-se-á por meio de uma pesquisa bibliográfica os principais temas teológicos contidos na passagem analisada, apresentando o seu contexto histórico, a relação deste com a mensagem do Senhor e a atualidade da mensagem divina. Será levado em consideração para esse estudo o pensamento de célebres estudiosos do Novo Testamento, como N. T. Wright, William Hendriksen, Adolf Pohl, entre outros, que auxiliarão na interpretação do texto analisado.

O presente trabalho constitui uma apresentação introdutória acerca da teologia de Romanos 13.1-7 que não visa esgotar a temática em questão.

1. UMA BREVE INTRODUÇÃO À EPÍSTOLA AOS ROMANOS

A autoria da carta aos Romanos é um dos escritos paulinos que possui grande aceitação, em especial pela sua similaridade de conteúdo com Gálatas e 1 Coríntios. Segundo William Hendriksen “com poucas exceções, os estudiosos concordam que foi realmente o apóstolo Paulo que escreveu Romanos. A evidência que favorece tal conclusão pode, sem exagero, ser qualificada de esmagadora”.²

Essa epístola foi provavelmente escrita após a terceira viagem missionária

² HENDRIKSEN, William. **Comentário bíblico do Novo Testamento: Romanos**. São Paulo Cultura Cristã, 2001, p. 11

de Paulo, no ano 57 d.C.³ O apóstolo escreve uma carta essencialmente missionária e doutrinal, na qual pretende solicitar apoio para continuar a obra da pregação do evangelho em uma possível viagem missionária até a Espanha.⁴ A epístola visava preparar a comunidade cristã em Roma para uma futura visita de Paulo, em que seria solicitado apoio financeiro para o desenvolvimento da missão (15.22-24), além do fortalecimento na fé da igreja em Roma (1.11,15). Algumas expressões como “meu evangelho” (2.16, 16.25) também sugerem que Paulo, mediante este escrito, planejava apresentar as suas credenciais apostólicas e desfazer qualquer compreensão equivocada que os cristãos romanos pudessem ter acerca do seu ministério.⁵

A igreja em Roma seria formada provavelmente por Judeus convertidos no período do pentecostes na ocasião do derramamento do Espírito Santo (At 2.1-11)⁶ e por gentios convertidos ao cristianismo, sendo que a composição gentílica seria predominante sobre o grupo de judeus convertidos.⁷ Além disso, Paulo menciona que a fé dos cristãos romanos era reconhecida em todo o mundo (1.8), sugerindo que o evangelho já havia se estabelecido há muitos anos em Roma. O historiador romano Suetônio (69 d.C – 141 d.C.) registrou que no ano de 49 d. C. o imperador Cláudio proclamou um edito no qual expulsava de Roma os judeus⁸ por causarem desordem, instigados por Chrestos. Estudiosos têm proposto que Chrestos seria uma referência a

³ CARSON, D.A; MOO, Douglas J.; MORRIS, Leon. **Introdução ao Novo Testamento**. São Paulo: Vida Nova, 1997, p. 269-270.

⁴ MAUERHOFER, Erich. **Introdução aos Escritos do Novo Testamento**. Tradução de Werner Fuchs. São Paulo: Vida, 2010, p. 409.

⁵ BÍBLIA, Português. **Bíblia de Estudo de Genebra**. 2.ed. Tradução de João Ferreira de Almeida. Edição revista e atualizada. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil (SBB); São Paulo: Cultura Cristã, 2009, p. 1472.

⁶ Willian Hendriksen menciona que o impacto dos acontecimentos descritos em At 2.1-11 e sua conexão com a formação da igreja em Roma, por vezes é minimizada por não existirem registros históricos antigos do Sec. I e II, conectando a pregação de Pedro no pentecostes e a conversão dos primeiros judeus romanos. No entanto, deve-se considerar que no derramamento do Espírito Santo havia em Jerusalém uma grande concentração de judeus que habitavam ao longo de todo o império. Não é difícil imaginar que houvessem pessoas advindas da capital romana que ouviram, creram no Evangelho e posteriormente voltaram para seus lares com uma compressão religiosa totalmente diferente a partir da mensagem de Cristo. Embora possuía uma datação tardia, Ambrósio, o bispo de Milão, relata no sec. IV que a igreja em Roma foi fundada não por algum apóstolo, mas pela plebe romana (HENDRIKSEN, 2011, p. 26-30).

⁷ CARSON; MOO; MORRIS, 1997, p. 271-274.

⁸ Lucas faz referência a este acontecimento em Atos 18.1-2: “Depois disto, deixando Paulo Atenas, partiu para Corinto. Lá, encontrou certo judeu chamado Áqüila, natural do Ponto, recentemente chegado da Itália, com Priscila, sua mulher, **em vista de ter Cláudio decretado que todos os judeus se retirassem de Roma**. Paulo aproximou-se deles” (grifo nosso).

Cristo⁹, permitindo considerar que o evangelho havia chegado à capital do império muito tempo antes da epístola paulina.

Quanto ao conteúdo, Philipp Vielhauer considera que, embora os elementos típicos epistolares estejam presentes neste escrito, o apóstolo desenvolveu a sua linha de raciocínio quase nos moldes de um tratado, sendo correto afirmar que, a Carta aos Romanos é uma epístola que no decorrer de seus longos trechos apresenta um conteúdo em forma de tratado teológico.¹⁰

Em Romanos, Paulo enfatiza a nova realidade relacional dos judeus e gentios que por meio de Cristo Jesus tornam-se um único povo diante de Deus. A salvação é efetuada mediante a graça do Senhor que através da fé em Jesus supre a verdadeira justiça que supera o fracasso na Lei e conduz os eleitos à novidade de vida que é esperada da nação redimida.

A argumentação pode ser dividida em quatro partes principais: 1) a universalidade do pecado e a capacidade da obra de Cristo de lidar com a pecaminosidade humana (1.16 – 4.25); 2) a fé em Cristo opera a justiça pretendida para a salvação (5.12 – 8.30); 3) apesar da infidelidade dos judeus, o Senhor é gracioso ao possibilitar lugar na nova aliança tanto para gentios como para judeus (9.1 – 11.32); 4) a transformação operada por Cristo nos eleitos gera mudança em termos de relacionamento entre os participantes da comunidade da fé e com o mundo (12.1 – 15.12).¹¹

Dentre as várias verdades apresentadas em Romanos e importantes para a compreensão da mensagem deste escrito, destaca-se a declaração acerca de Jesus, a qual expõe a sua descendência e divindade (1.1-4). Paulo declara que Jesus é o “Filho de Deus com poder” (1.4). N. T. Wright reconhece nessa expressão uma mensagem ampla que visa conscientizar a comunidade cristã em Roma da capacidade de Cristo para a salvação, mas também uma mensagem subversiva e confrontadora que expressa quem é o verdadeiro Senhor sobre os homens e universo.¹²

⁹ BÍBLIA DE GENEVRA, 2009, p. 1471

¹⁰ VIELHAUER, Phillip. **História da literatura cristã primitiva**: introdução ao Novo Testamento, aos Apócrifos do Novo Testamento e os Pais Apostólicos. Santo André: Academia Cristã, 2012, p. 217.

¹¹ FEE, Gordon; STUART, Douglas. **Como ler a Bíblia livro por livro**: um guia de estudo panorâmico da Bíblia. São Paulo: Vida Nova, 2013, p. 374-376.

¹² WRIGHT, N. T. **Paulo, líder de uma revolução judaica**. Disponível em: <http://ntwrightpage.com./1990/05/10/paulo-lider-de-uma-revolucao-judaica.pdf>. Acesso em: 09 de janeiro de 2019.

Paulo promove uma cosmovisão que estabelece Cristo, como o genuíno Soberano do universo, resultando em um conflito direto ao contexto no qual viviam os cristãos romanos. A declaração paulina, “Filho de Deus com poder”, proclama o poderoso senhorio de Cristo em escala mundial. Sendo assim, os cristãos romanos deveriam viver pela perspectiva do domínio pleno de Jesus sobre toda a existência¹³, pois acima de suas responsabilidades civis deveria estar à obediência ao verdadeiro Senhor, Jesus Cristo.

No império romano, as imagens dos imperadores eram veneradas e quando um César romano morria, ele era deificado e reverenciado como um “filho dos deuses”. Através do Evangelho, o apóstolo está apresentando o verdadeiro Filho de Deus, o qual procede de uma linhagem messiânica e real, sendo um descendente de Davi.¹⁴ Ou seja, a mensagem paulina promovia um choque à cosmovisão pagã, reestabelecendo uma hierarquia de governo e submissão, na qual Cristo dominava sobre tudo e todos, inclusive os governantes de Roma.

Desta forma, a cosmovisão cristã, em especial a mensagem de Paulo, promoveu uma mudança de paradigmas na relação dos cristãos diante de suas responsabilidades civis, principalmente, relacionado ao sincretismo religioso promovido pela cultura romana. De acordo com Coenem e Brown, o conflito entre a autoridade de Deus e a de César deve ter sido muito real para os cristãos primitivos¹⁵. Consequentemente o culto a imagem do imperador acabou sendo um problema seríssimo para os cristãos que deviam obediência primária a Cristo e não aos imperadores de Roma¹⁶, segundo Justo L. Gonzalez:

O culto ao imperador era um dos meios que Roma utilizava para fomentar a unidade e a lealdade de seu império. Negar-se a render esse culto era visto como sinal de traição ou, pelo menos, de deslealdade. Logo, não são poucos os casos em que fica patente que, ao mesmo tempo em que um mártir morria por sua fé, quem o condenava o fazia levado por sentimentos de lealdade política.¹⁷

¹³ POHL, Adolf. **Carta aos Romanos: comentário esperança**. São Paulo: Esperança, 1999, p. 14.

¹⁴ FERREIRA, Franklin. **Contra a idolatria do Estado: o papel do cristão na política**. São Paulo: Vida Nova, 2016, p. 59.

¹⁵ COENEN, Lothar; BROWN, Colin. **Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento**. 2.ed. São Paulo: Vida Nova, 2000, p. 337.

¹⁶ Conferir: DOUGLAS, J. D. (org.). **O Novo dicionário da Bíblia**. 3.ed. São Paulo: Vida Nova, 2006, p. 224.

¹⁷ GONZALEZ, Justo L. **História ilustrada do Cristianismo: a era dos mártires até a era dos sonhos frustrados**. 2. Ed. Ver. Com roteiro para leitura. São Paulo: Vida Nova, 2011, p. 23.

Por adorarem ao Deus invisível, que não era representado por nenhuma escultura, os cristãos foram considerados “ateus” nos séculos I e II. De igual forma, ao se oporem a prestar reverência à representação humana do imperador, eles foram acusados de lesa-pátria e lesa-majestade, postura que comumente resultou em perseguição, tortura e morte contra a igreja.¹⁸

Ao apresentar uma mensagem anti-imperialista¹⁹ que fazia oposição ao poderio político do império, o apóstolo estava aplicando o evangelho à vida pública, demonstrando a dimensão da verdade de Cristo. Assim sendo, a mensagem do evangelho não está restrita ao aspecto privado, mas se interpõem redimindo todas as esferas e áreas da vida humana, inclusive a relação cidadão/estado, pois o evangelho possui uma amplitude que abrange todo o cosmo, no qual o senhorio de Cristo se sobrepõe e deve ser exaltado. Jesus Cristo é soberano sobre a igreja, estado, autoridades civis e toda a criação. Portanto, o objetivo de Paulo é demonstrar a superioridade de Cristo sobre as autoridades civis e expor a submissão destas a Deus, conforme afirma N. T. Wright:

Quando Paulo escreveu Romanos, ele não estava oferecendo uma religião bondosa ou uma fé separada do mundo do poder romano. Ele estava enfrentando o poder imperial diretamente. [...] Os dominantes [as autoridades do império romano] não são divinos; eles devem responder a Deus. Deus quer ordem, não caos; não há menção aqui de ultrapassar a tirania oficial dos governantes indicados apenas para tê-los trocados pela tirania não oficial dos bárbaros, dos fortes ou dos ricos. A revolução que Paulo tem em mente é mais profunda do que mera desobediência civil. É sobre dar ao Messias davídico submissão total que, nos seus dias, era exigido por César.²⁰

Portanto, o ensino apresentado por Paulo na epístola aos Romanos

¹⁸ FERREIRA, 2016, p. 56.

¹⁹ N. T. Wright reconhece que a abordagem de alguns textos paulinos como um confronto direto ao domínio imperial romano, por vezes tem sido negligenciada por estudiosos do Novo Testamento. No entanto, tal perspectiva tem mudado nos últimos anos e sido alvo de minuciosa investigação. Conferir: WRIGHT, N. T. **Paulo e César: uma nova leitura de Romanos. Disponível em:** http://ntwrightpage.com/files/2016/05/Wright_Paulo_Cesar_Romanos.pdf. Acesso em: 14 de janeiro de 2019.

²⁰ WRIGHT, N.T. **Paulo, líder de uma revolução judaica.** Disponível em: <http://ntwrightpage.com./1990/05/10/paulo-lider-de-uma-revolucao-judaica.pdf>, acesso em: 09 de Janeiro de 2019.

esclarece para a igreja de Cristo quem é o verdadeiro governante supremo de todo o universo. Tal perspectiva deveria conscientizar a comunidade na fé acerca da dimensão renovadora do evangelho aplicado a vida pública e na relação igreja/estado, exortando-os ao desafio de viverem uma visão de mundo que glorifique a Deus em todas as esferas.

Essa aplicação do evangelho em uma dimensão pública deve ser considerada a fim de que a epístola aos Romanos possa ser compreendida corretamente, principalmente em passagens como Romanos 13.1-7, a qual será analisada a seguir.

2. A PERSPECTIVA CRISTÃ DE ESTADO EM ROMANOS 13.1-7

Em termos gerais, o texto de Romanos 13.1-7 geralmente é utilizado para enfatizar a necessidade dos cristãos obedecerem às autoridades civis. Embora essa seja uma verdade expressa nessa passagem, o texto possui considerações suficientes pelas quais é possível fomentar uma perspectiva cristã do Estado. Segundo R. C. Sproul: “durante séculos, a igreja tem sentido a necessidade de examinar com cuidado seu papel na sociedade – especialmente quando essa sociedade não adota oficialmente uma cosmovisão cristã”.²¹ Desta forma, será analisado qual deve ser a função do estado e quais os deveres dos cristãos para com as autoridades civis, a partir do pensamento paulino exposto no texto em questão.

2.1 AS AUTORIDADES SECULARES FORAM ESTABELECIDAS POR DEUS (1-2)

Todo homem esteja sujeito às autoridades superiores; porque não há autoridade que não proceda de Deus; e as autoridades que existem foram por ele instituídas. De modo que aquele que se opõe à autoridade resiste à ordenação de Deus; e os que resistem trarão sobre si mesmos condenação.²²

Diante do ensino anti-imperialista supracitado apresentado por Paulo, a relação entre cristãos e autoridades civis poderia tornar-se crítica além do necessário, visto que o conhecimento acerca de Jesus como o soberano de todo universo poderia levar a comunidade cristã romana a compreender que

²¹ SPROUL, R. C. **Qual é a relação entre Igreja e Estado?** São Paulo: Fiel, 2016, versão kindle, posição 59-63.

²² A versão bíblica utilizada nessa pesquisa será ARA (Almeida revista e atualizada) salvo em algumas exceções que serão esclarecidas com siglas ao lado das referidas citações.

eles não deveriam conceder as autoridades nenhum tipo de obediência. No entanto, o apóstolo expõe a necessidade dos cristãos de serem submissos aos governantes.

Segundo William Hendriksen, a expressão autoridades civis possui ampla conotação, representando desde o imperador até as autoridades de escalões inferiores.²³ A palavra grega para designar autoridades é *ἐξουσιαίς* (*exousiais*), possuindo o sentido de alguém que tem autoridade para governar.²⁴ Adolf Pohl propõe que essa ordem faz uma ampla referência aos diversos tipos de organização, sendo que em cada núcleo social, a autoridade constituída deve ser obedecida.²⁵

Embora essa mensagem possa aparentemente expressar apenas o ideal de submissão, ela é bastante subversiva, pois conforme declara o texto, o governante não possui o direito de exercer autoridade mediante um poder inato. Pelo contrário, a sua autoridade foi lhe concedida por Deus. O Soberano Senhor concede as devidas credenciais para que possam exercer as suas funções e sejam dignos do devido respeito por parte de seus súditos.

Desta forma, é evidenciado o conceito bíblico de autoridade, o qual é hierárquico. Deus está no topo dessa hierarquia, pois toda autoridade reside nele.²⁶ Sendo assim, o apóstolo considera que os governantes não são deuses, mas homens que gozam de autoridade porque lhes é outorgada pelo próprio Senhor. Por isso, o chamado para submeter-se à autoridade civil constitui uma obediência à vontade de Deus.

Consequentemente, a desobediência civil constitui uma desobediência ao próprio Deus, a qual resultará em condenação. João Calvino reconhece nessa expressão mais do que o simples direito dos governantes de punirem o cidadão que incorre em erro, mas uma expectativa de castigo de divino.²⁷

2.2 AS FUNÇÕES DAS AUTORIDADES SECULARES (3-4)

Porque os magistrados não são para temor, quando se faz o bem, e sim quando se faz o mal. Queres tu não temer a autoridade? Faze o bem e terás louvor dela, visto que a

²³ HENDRIKSEN, 2001, p. 570.

²⁴ LOUW, Johannes; NIDA, Eugene. **Léxico grego-português do Novo Testamento baseado em domínios semânticos**. Barueri: SBB, 2013, p. 425.

²⁵ POHL, 1999, p. 128.

²⁶ SPROUL, 2016, posição 133-136.

²⁷ CALVINO, João. **Romanos**. 2.ed. São Paulo: Parakletos, 2001, p. 461

autoridade é ministro de Deus para teu bem. Entretanto, se fizeres o mal, teme; porque não é sem motivo que ela traz a espada; pois é ministro de Deus, vingador, para castigar o que pratica o mal.

Deste modo, Paulo expõe que o justo não deve temer a autoridade se vive dignamente, apenas se incorrer em desobediência praticando o mal. O apóstolo está refutando a possibilidade dos cristãos conservarem uma atitude exclusivamente negativa contra a autoridade civil, demonstrando que aos governantes fora dado a função de punir a maldade, assim como a responsabilidade de louvar a justiça. Ele está trabalhando com a premissa de que ambos os lados, igreja e Estado, trabalham harmonizados em um mesmo ponto essencial: visam o bem e combatem o mal.²⁸

Assim, as autoridades seculares, além de assumir o seu devido papel, devem também reconhecer seu próprio limite ao permanecer dentro das suas respectivas funções. A expressão “faze o bem e terás o louvor dela” traz a ideia de que a autoridade reconhecerá que o indivíduo possui uma boa conduta diante da sociedade e que não é passível de condenação. William Hendriksen faz o seguinte alerta sobre o real significado dessa expressão:

Isso não significa necessariamente que a pessoa que faz o que é correto vá receber por isso uma merecida insígnia, uma faixa, uma medalha de honra, ou - falando em termos dos próprios dias de Paulo - que se erigirá um monumento em sua honra. Não obstante, significa que alguém investido de autoridade formará uma opinião favorável de tal pessoa de bom comportamento, e a aprovará, seja secretamente em seu coração ou ainda por meio de um enaltecimento publicamente expresso.

Por sua vez, a condenação ou o castigo também é uma das funções atribuídas por Deus aos governantes civis. Os governantes possuem a responsabilidade de zelar pela ordem e paz entre os cidadãos, fazendo uso de todos os meios legítimos para que a justiça seja conservada na sociedade, utilizando-se inclusive do uso da força para combater o caos e a desordem. Calvino considera que este aspecto da função do Estado implica na punição dos malfeitores que de acordo com as suas ofensas e erros devem receber o justo castigo.²⁹

²⁸ POHL, 1999, P. 199

²⁹ CALVINO, 2001, p. 463.

Por duas vezes, Paulo declara que os governantes são ministros de Deus (vs. 4), fazendo uso do termo *δῆκονος* (*diakonos*). Segundo Louw e Nida, esse vocábulo faz referência a vários tipos de servos, desde funcionários da corte de um rei, até assistentes dos magistrados.³⁰ Pelo contexto, percebe-se que Paulo busca enfatizar a dependência do Estado no cumprimento da sua função. As autoridades não estão desenvolvendo uma atividade autônoma, mas exercem o seu papel sob a autorização de Deus, como um servo que obedece ao seu senhor.

Visto que a legitimidade da autoridade do Estado procede de Deus, os governantes civis não devem fazer uso indiscriminado de suas prerrogativas. Eles devem cumprir o seu papel utilizando-se da espada, quando necessário, mas sem exercer uma punição injusta que não seja coerente com o erro ou crime cometido. Nesse texto, espada representa o símbolo da jurisdição criminal e executiva de uma autoridade, portanto é o exercício do poder governamental na punição do que é ilícito.³¹

2.3 A SUBMISSÃO ÀS AUTORIDADES SECULARES (5-7)

É necessário que lhe estejais sujeitos, não somente por causa do temor da punição, mas também por dever de consciência. Por esse motivo, também pagais tributos, porque são ministros de Deus, atendendo, constantemente, a este serviço. Pagai a todos o que lhes é devido: a quem tributo, tributo; a quem imposto, imposto; a quem respeito, respeito; a quem honra, honra.

Paulo reforça e aprofunda a sua tese ao considerar que o medo da punição não deve ser o único elemento motivador para que o cristão possa ser submisso à autoridade civil. O apóstolo desafia a comunidade da fé a comprometer-se em obediência por uma questão de consciência diante de Deus. Por esse motivo, os cristãos devem cumprir as responsabilidades básicas de um cidadão.³²

O apóstolo expressa a necessidade dos cristãos de cumprirem seus deveres cívicos. Ele menciona algumas obrigações, fazendo referência aos impostos, tributos, respeito e honra. Segundo Adolf Pohl, as várias obrigações apresentadas por Paulo possuem uma conotação que vai além de valores monetários, mas

³⁰ LOUW; NIDA, 2013, p. 411

³¹ RIENECKER, Fritz; ROGERS, Cleon. **Chave linguística do Novo Testamento grego**. São Paulo: Vida Nova, 1995, p. 278

³² POHL, 1999, p.130-131.

uma dinâmica de débito, na qual os cristãos devem contribuir com a ordem pública concedendo o devido respeito às autoridades e a participação coerente na sociedade. Essa postura cristã seria um desdobramento do culto racional que a comunidade da fé prestaria a Deus.³³

No entanto, nessa última subdivisão, Paulo utiliza-se de um substantivo diferente para referir-se as autoridades como servos de Deus. A palavra “ministros” é designada pelo vocábulo grego λειτουργοι³⁴ (*leiturgoî*), o qual denota pessoas que prestam um serviço especial. Essa palavra é uma derivação do verbo λειτουργέω (*leiturgô*) que expressa o ato de servir em uma função formal de caráter regular³⁵, reafirmando a ideia de que as autoridades foram instituídas por Deus para o exercício formal de sua função.

Assim, as obrigações da comunidade da fé para com o Estado deveriam ser desenvolvidas em um reconhecimento de que as autoridades possuíam uma função legítima estabelecida por Deus. Obedecer a César e aos governantes do império e serem bons cidadãos em meio uma sociedade pagã era um desafio a ser cumprido como um louvor e obediência ao Soberano Deus, de quem toda a autoridade é derivada.

Portanto, fica evidente perante o exposto que igreja e governo civil possuem responsabilidades um para com o outro e ambos diante de Deus. A abordagem de Paulo revela a dimensão da cosmovisão cristã ao demonstrar uma perspectiva de Estado a partir da Soberania de Cristo. Em seu governo soberano sobre o universo, Deus estabeleceu as autoridades civis para combaterem o caos social e louvarem a justiça. A igreja deve reconhecer essa esfera social proposta pelo sistema de pensamento cristão bíblico e contribuir expressivamente para que as autoridades governamentais possam desempenhar suas funções descritas nas Escrituras. A influência expressiva da igreja é uma ação indispensável para o desenvolvimento de uma sociedade coesa, segundo a Palavra de Deus, conforme será apresentado a seguir.

3. A NECESSIDADE DA INFLUÊNCIA EXPRESSIVA DA IGREJA

O sistema de pensamento cristão bíblico apresenta Cristo exercendo sua soberania sobre toda a existência criada. O domínio do Redentor não está

³³ POHL, 1999, p. 131.

³⁴ O termo λειτουργοι é o nominativo plural de λειτουργος.

³⁵ LOUW; NIDA, 2013, p. 411

restrito a igreja e seu interesse limitado à “espiritualidade” humana. Pelo contrário, Cristo reclama para si autoridade sobre cada elemento da criação, como declara Abraham Kuyper.

Oh, nenhum espaço do nosso mundo mental é hermeticamente fechado do resto, e não há um centímetro quadrada em todo o domínio da existência humana sobre a qual Cristo, que é Soberano sobre todos, não grite: “é meu!”³⁶

Desta forma, a autoridade de Cristo se sobrepõe a autoridade dos governantes civis, pois Ele é o soberano governante do universo. Como destaca Paulo, até a autoridade dos governantes procede de Deus e essa deve ser exercida conforme revelado nas Escrituras, cumprindo suas devidas funções para que possam ser considerados um governo legítimo.

Embora a argumentação paulina em Romanos 13.1-7 possa parecer utópica, desconsiderando aparentemente a possibilidade das autoridades exercerem de forma pecaminosa o domínio sobre seus súditos, Adolf Pohl recorda que Paulo está abordando a relação entre cidadão/estado de um ponto de vista teológico. O apóstolo conhecia muito bem as circunstâncias pelas quais um governo terreno poderia ser estabelecido e como o poder poderia ser utilizado não para o bem comum e a glória de Deus, mas para fins pecaminosos.³⁷

Ainda que igreja e Estado possuam funções diferentes na sociedade e sejam esferas distintas estabelecidas por Deus, a igreja possui o papel de contribuir com o governo civil para que este compreenda suas devidas funções e não cometa erros que o caracterizem como ilegítimo. Wayne Grudem nomeia essa contribuição de influência cristã expressiva³⁸ através desse conceito, “os cristãos devem procurar influenciar o governo civil conforme os padrões morais de Deus e conforme os propósitos de Deus para o governo revelados na Bíblia”.³⁹

Assim, a igreja deve proclamar a perspectiva correta acerca do papel a

³⁶ “Oh, no single piece of our mental world is to be hermetically sealed off from the rest, and there is not a square inch in the whole domain of human existence over which Christ, who is Sovereign over all, does not cry: ‘Mine!’” (KUYPER, Abraham. **Sphere Sovereignty** in: BRATT, James D. **Abraham Kuyper: a centennial reader**. Grand Rapids: Eerdmans, 1998, p. 488).

³⁷ POHL, 1999, p. 129.

³⁸ GRUDEM, Wayne. **Política segundo a Bíblia: princípios bíblicos que todo cristão deve conhecer**. São Paulo: Vida Nova, 2014, p. 77-108.

³⁹ GRUDEM, 2014, p. 77.

ser executado pelo Estado, expressando a Soberania de Cristo sobre todas as coisas. Ao proclamar a visão de governo a partir das Escrituras, a comunidade na fé expõe a ética cristã, como o ideal de justiça a ser conservado e promovido pelas autoridades, pois a ética cristã constitui o fundamento pelo qual a função de louvar a justiça e condenar a maldade será exercida.

Embora os princípios cristãos advindos da Palavra de Deus sejam normativos no entendimento prático do que merece ser louvado ou condenado pelo Estado, tal abordagem não implica que a igreja deva impor uma agenda ao governo, exigindo que as autoridades priorizem as pautas estabelecidas pelo cristianismo, mas que o governo exercerá a sua função consciente do que é justo e honesto.

Segundo Franklin Ferreira, em Romanos 13.3-5, Paulo estabelece um padrão que permite considerar quando um governo é legítimo ou não. Caso as autoridades deixem de servir aos cidadãos, não premiando o bem e condenando a maldade, elas deixam de serem autoridades ordenadas por Deus, não merecendo o respeito e a honra, tornando-se passíveis de serem confrontadas pelos cristãos.⁴⁰

Se porventura, uma autoridade exerce seu domínio com autoritarismo, rompendo com o padrão bíblico de governo, a igreja é convocada a tornar-se crítica do Estado e a proclamar a perspectiva correta de justiça a ser adotada⁴¹. Desta forma, a igreja sempre deve manter um papel de vigilância sobre o Estado, pois a obediência primária da igreja sempre será para com Jesus Cristo e o Evangelho.

Franklin Ferreira e Alan D. Myatt propõem que em seu papel de influenciar o Estado, a igreja não pode substituir a proclamação das Escrituras pelo discurso político, no entanto, deve influenciar de modo que as leis sejam conforme os princípios apresentados na Palavra de Deus. Além da proclamação, os cristãos podem exercer a influência cristã expressiva através dos meios legais, fazendo pressão para que um representante eleito crie novas leis justas, a fim de mudar uma situação.⁴²

Apesar de o cristianismo brasileiro manter determinado distanciamento

⁴⁰ FERREIRA, 2016, p. 76-77.

⁴¹ SPROUL, 2016, posição 254-489.

⁴² FERREIRA, Franklin; MYATT, Alan. **Teologia Sistemática**: uma análise histórica, bíblica e apologética para o contexto atual. São Paulo: Vida Nova, 2007, p. 992-993.

cultural das demandas civis, envolvendo-se timidamente na esfera pública, a influência cristã expressiva deve ser desenvolvida a fim que a soberania de Cristo sobre todas as esferas seja proclamada culturalmente e o Estado compreenda coerentemente sua função dentro dos padrões de Deus. Consequentemente, a omissão da igreja em influenciar expressivamente as autoridades, potencializa a possibilidade dos governantes de assumirem uma posição idolátrica de sua própria função, estabelecendo para si atribuições que fujam aos princípios instituídos pela Palavra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema de pensamento cristão apresentado nas Escrituras revela a dimensão da perspectiva cristã acerca da vida, fornecendo respaldo para reflexões válidas sobre como o indivíduo deve aplicar a fé cristã a todas as realidades existentes, sejam elas de foro privado ou público. Deste modo, a missão do povo de Deus implica na tarefa de proclamar e promover a soberana glória de Cristo sobre todo o universo criado.

Percebe-se à luz do exposto que a cosmovisão cristã não possui uma abordagem gnóstica da vida, na qual condena os desafios sociais como se fossem aspectos da existência sem importância para Deus. Pelo contrário, o Evangelho convoca a humanidade a submeter-se a Deus, mediante Cristo Jesus, reconhecendo que cada área da realidade necessita de redenção.

A perspectiva cristã de Estado reconhece Deus como o Supremo Soberano que detém toda a autoridade em suas mãos, sendo que, Ele estabeleceu os governantes civis e concedeu-lhes prerrogativas para exercer domínio sobre os cidadãos de uma nação ou grupo social. Essa autoridade concedida por Deus aos governantes deve ser utilizada de forma legítima, cumprindo a função de louvar a justiça e condenar a maldade, conforme afirmou o apóstolo Paulo.

Desta forma, o poder estatal deve considerar seus próprios limites, não rompendo com o padrão funcional que lhe foi estabelecido pelas Escrituras, pois as autoridades não possuem autonomia total para executar qualquer ação de forma indiscriminada, visto que a autoridade foi lhe outorgada por Deus. Eles prestarão contas desta autoridade ao Soberano regente da Criação, assim como se sujeitariam à condição de ilegitimidade se não cumprirem com suas devidas funções.

Por sua vez, a comunidade cristã deve ser submissa às autoridades estatais,

em obediência aos preceitos estabelecidos na Palavra, contribuindo para a formação de uma sociedade justa e coesa. A fidelidade do povo de Deus às autoridades implica no reconhecimento de que Deus estabeleceu homens que exercem governo sobre outros, na formação de uma sociedade honesta e na luta para refrear a maldade humana em instância civil.

No entanto, essa submissão não exclui a igreja da responsabilidade de confrontar as autoridades civis se, porventura, cometerem pecados sociais no exercício da sua função. A igreja deve mediante o exercício da influência cristã expressiva, apresentar os desígnios de Deus para uma sociedade correta e proclamar os limites e funções estabelecidos por Deus para os governantes. Tal posicionamento e abordagem são necessários, pois a ausência de influência cristã expressiva na vida pública expõe a sociedade a adotar uma perspectiva secular e equivocada do poder estatal que pode redundar numa idolatria do Estado.

REFERÊNCIAS

BÍBLIA, Português. **Bíblia de Estudo de Genebra**. 2.ed. Tradução de João Ferreira de Almeida. Edição revista e atualizada. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil (SBB); São Paulo: Cultura Cristã, 2009.

BRATT, James D. **Abraham Kuyper: a centennial reader**. Grand Rapids: Eerdmans, 1998.

CALVINO, João. **Romanos**. 2.ed. São Paulo: Parakletos, 2001.

CARSON, D. A.; MOO, Douglas J.; MORRIS, Leon. **Introdução ao Novo Testamento**. São Paulo: Vida Nova, 1997.

COENEN, Lothar; BROWN, Colin. **Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento**. 2.ed. São Paulo: Vida Nova, 2000.

DOUGLAS, J. D. (org.). **O Novo dicionário da Bíblia**. 3.ed. São Paulo: Vida Nova, 2006.

FEE, Gordon; STUART, Douglas. **Como ler a Bíblia livro por livro: um guia de estudo panorâmico da Bíblia**. São Paulo: Vida Nova, 2013.

FERREIRA, Franklin. **Contra a idolatria do Estado: o papel do cristão na**

política. São Paulo: Vida Nova, 2016.

FERREIRA, Franklin; MYATT, Alan. **Teologia Sistemática**: uma análise histórica, bíblica e apologética para o contexto atual. São Paulo: Vida Nova, 2007.

GONZALEZ, Justo L. **História ilustrada do Cristianismo**: a era dos mártires até a era dos sonhos frustrados. 2.ed. São Paulo: Vida Nova, 2011

GRUDEM, Wayne. **Política segundo a Bíblia**: princípios bíblicos que todo cristão deve conhecer. São Paulo: Vida Nova, 2014.

HENDRIKSEN, William. **Comentário bíblico do Novo Testamento**: Romanos. São Paulo Cultura Cristã, 2001.

LOUW, Johannes; NIDA, Eugene. **Léxico grego-português do Novo Testamento baseado em domínios semânticos**. Barueri: SBB, 2013.

MAUERHOFER, Erich. **Introdução aos Escritos do Novo Testamento**. Tradução de Werner Fuchs. São Paulo: Vida, 2010.

POHL, Adolf. **Carta aos Romanos**: comentário esperança. São Paulo: Esperança, 1999.

RIENECKER, Fritz; ROGERS, Cleon. **Chave linguística do Novo Testamento grego**. São Paulo: Vida Nova, 1995.

SPROUL, R. C. **Qual é a relação entre Igreja e Estado?** São Paulo: Fiel, 2016, versão kindle.

VIELHAUER, Phillip. **História da literatura cristã primitiva**: introdução ao Novo Testamento, aos Apócrifos do Novo Testamento e os Pais Apostólicos. Santo André: Academia Cristã, 2012.

WRIGHT, N. T. **Paulo e César**: uma nova leitura de Romanos. Disponível em: http://ntwrightpage.com/files/2016/05/Wright_Paulo_Cesar_Romanos.pdf. Acesso em: 14 de janeiro de 2019.

WRIGHT, N. T. **Paulo, líder de uma revolução judaica**, disponível em: <http://ntwrightpage.com./1990/05/10/paulo-lider-de-uma-revolucao->

judaica.pdf. Acesso em: 09 de janeiro de 2019.



A Revista Batista Pioneira está licenciada com uma Licença Creative Commons
Atribuição - Não Comercial - Sem Derivações - 4.0 Internacional